



FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM NUTRIÇÃO CLÍNICA, FUNCIONAL E
FITOTERÁPICA

CARMEM CRISTINA PÁSCOA SILVA
DÉBORA LIMA FREITAS

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A MERENDA NA
REDE PÚBLICA NO BRASIL: uma revisão de literatura**

São Luís
2019

**CARMEM CRISTINA PÁSCOA SILVA
DÉBORA LIMA FREITAS**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A MERENDA NA
REDE PÚBLICA NO BRASIL: uma revisão de literatura**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Nutrição Clínica Funcional e Fitoterápica da Faculdade Laboro, para obtenção do título de especialista.

Orientador (a): Prof. (a). Mestre Luciana C. Rodrigues Vieira

São Luís
2019

**CARMEM CRISTINA PÁSCOA SILVA
DÉBORA LIMA FREITAS**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A MERENDA NA
REDE PÚBLICA NO BRASIL: uma revisão de literatura**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Nutrição Clínica Funcional e Fitoterápica da Faculdade Laboro, para obtenção do título de especialista.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Mestre Luciana Cruz Rodrigues Vieira (Orientadora)

Graduada em Farmácia
Especialista em residência Multiprofissional em Saúde
Mestre em Saúde Materno-Infantil
Universidade Federal do Maranhão

Examinador 1

Examinador 2

São Luís

2019

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A MERENDA NA REDE PÚBLICA NO BRASIL

**CARMEM CRISTINA PÁSCOA SILVA
DÉBORA LIMA FREITAS**

RESUMO

A alimentação adequada e saudável em idade escolar é de fundamental importância, pois auxilia no crescimento, no desenvolvimento, na aprendizagem e no rendimento escolar. A alimentação escolar deve atender às necessidades nutricionais dos escolares e suas preferências alimentares. A escola desempenha importante papel na formação dos costumes alimentares, visto que é nesse recinto que a vasta proporção de criança e adolescentes permanecem por significativo tempo diário. No entanto, os programas de educação nutricional devem ir além das atividades em sala de aula. A merenda saudável em idade escolar é de fundamental importância, pois auxilia no desenvolvimento e na aprendizagem. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo descrever, através de uma revisão de literatura, avaliação do cardápio e merenda escolar na rede pública, e uma breve expansão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Verificou-se que a merenda escolar é bem aceita pelos alunos, por ser uma refeição de grande importância no seu desenvolvimento. Para alguns alunos, principalmente os de condições menos favorecidas, a merenda escolar é primordial, pois muitas vezes ela é sua principal ou única refeição do dia.

Palavra Chave: Merenda, cardápio, alimentação escolar.

¹Especialização em nutrição clínica, funcional e fitoterápica pela Faculdade Laboro, 2017

THE NATIONAL PROGRAM OF SCHOOL FOOD AND MERENDA IN THE PUBLIC NETWORK IN BRAZIL

SUMMARY

Adequate and healthy school-age food is of fundamental importance as it aids growth, development, learning and school achievement. School feeding should address the nutritional needs of schoolchildren and their food preferences. The school plays an important role in the formation of eating habits, since it is in this room that the vast proportion of children and adolescents remain for a significant daily time. However, nutrition education programs must go beyond classroom activities. The healthy school lunch is of fundamental importance as it assists in development and learning. In this context, the present study aimed to describe, through a literature review, evaluation of the menu and school meals in the public network, and a brief expansion of the National School Feeding Program (PNAE). It has been found that school meals are well accepted by the students, since it is a meal of great importance in their development. For some students, especially those with less favored conditions, school meals are essential because they are often their main or only meal of the day.

Keyword: Snack, menu, school feeding.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, os temas referentes à segurança alimentar e nutricional têm sido largamente tratadas e abordadas em distintos aspectos: biológicos, sociais, educacionais e econômicos (Oliveira, 2007). No Brasil, a alimentação escolar é um direito de todos os alunos matriculados nas escolas públicas, no entanto, sua aceitação é variável. Para alguns alunos, principalmente os de condições menos favorecidas, a merenda escolar é primordial, pois muitas vezes ela é sua principal ou única refeição do dia.

No Brasil, com o estímulo a uma alimentação saudável, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que atinge mais de 97% das escolas públicas, tem como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública durante a sua permanência na escola, e incentivar a prática de hábitos alimentares saudáveis. Essa atividade contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar (Brasil. FNDE, 2006).

A maioria dos estudantes da rede pública de ensino tem merenda escolar garantida. Por ser diária e introduzida na vida das crianças, a merenda escolar é uma das formas delas terem noções de alimentação saudável, cultivo e preparo de alimentos, além de favorecer a formação de bons hábitos alimentares (MURA, 2007).

Uma alimentação escolar balanceada deve atender às preferências alimentares das crianças e adolescentes, o que é fundamental para o adequado desempenho escolar e saúde desta considerável parcela da população brasileira (FLÁVIO, 2006). Os hábitos alimentares adquiridos durante a infância e adolescência podem influenciar preferências e práticas na idade adulta e, conseqüentemente, também o estado nutricional. O cardápio é uma ferramenta funcional que inclui os alimentos propostos a completar as necessidades nutricionais do indivíduo. Os alimentos são discriminados, por preparação, quantitativamente, obtendo-se a per capita para calorias totais, carboidratos, proteínas, gorduras e micronutrientes (CHAVES, 1998). O planejamento eficiente de cardápios requer, ainda, observações quanto ao preparo e maneira de servir os alimentos, e quanto ao

aspecto final “do prato” por meio da combinação de cores e consistência, pois são fatores que influenciam na aceitação da refeição (GAGLIANONE, 2003).

Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável e devem conter, alimentos variados, contribuindo para o crescimento e rendimento escolar do aluno.

Desse modo, torna-se fundamental a realização de projetos de educação alimentar, dos quais uma merenda escolar de qualidade é fundamental para a melhoria do estado nutricional e, conseqüente, qualidade de vida, com maior rendimento e benefício, despertando nos alunos mudanças em seu comportamento alimentar, atingindo toda a família.

Sendo assim este trabalho tem como objetivo esclarecer com base em pesquisa bibliográfica, sobre a importância de uma alimentação saudável, nutritiva dentro do ambiente escolar, como forma de ações e praticas que busquem uma alimentação saudável dos escolares.

Este estudo tratou-se de uma revisão de literatura científica, buscando em artigos, teses, livros, manuais e trabalhos acadêmicos partir das bases de dados, Scielo, Google e Google acadêmico. Também foram utilizadas na revisão, publicação de órgãos oficiais como Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

Foram selecionados como critérios inclusão, estudos realizados no Brasil, publicados em português, espanhol e inglês, publicado nos últimos 5 anos (2012-2017), com exceções de alguns artigos de anos anteriores, com alunos matriculados nas pré-escolas e nas escolas de primeiro e segundo grau matriculados nas escolas publicas. Os dados serão organizados em tópicos e sub tópicos conforme afinidade do tema.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A criança tem seu desempenho alimentar moldado pela sociedade na qual está implantada. É durante essa fase que os costumes alimentares são formados, mas as crianças não possuem aptidão para escolher alimentos de acordo com seu valor nutritivo; sendo assim, os alimentos ingeridos são escolhidos pela experiência, observação e educação.

O cardápio oferecido nas instituições de ensino deve ser adequado às necessidades dos alunos, às condições da escola e ao tempo em que aluno vai permanecer nesse ambiente. Deve conter alimentos de alto valor nutricional, proporcionando às crianças uma alimentação quantitativamente suficiente, qualitativamente completa, harmoniosa em seus componentes e adequada à sua finalidade e ao organismo a que se destina.

O ser humano depende da alimentação para a sua sobrevivência. Os alimentos além de serem essenciais à vida têm como objetivos fornecer nutrientes para a construção da matéria viva dos tecidos e liberação de energia e matéria-prima para reparar os tecidos e regular suas funções fisiológicas (SANTOS E CORDEIRO, 2010).

2.1 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

A alimentação saudável representa um papel primordial durante todo o ciclo de vida dos indivíduos, podendo se destacar a idade escolar, na qual a criança apresenta um metabolismo mais intenso (DANELON; DANELON; SILVA, 2006).

É na infância que se formam os hábitos alimentares, e a escola e familiares são de extrema importância, pois é por via deles que a criança passa a conhecer os novos alimentos e os valores serão repassados (MASCARENHAS; SANTOS, 2006).

A importância da qualidade de vida em nosso dia-a-dia é de extrema necessidade apesar da dificuldade de uma definição específica que a caracterize, pois esse termo pode ter muitas definições de acordo com a visão de cada pessoa.

Não há dúvida que alimentação de qualidade é fundamental para garantir uma boa qualidade de vida. Somos o que comemos e como comemos. (MONTEIRO e COSTA, 2004).

A formação de hábitos alimentares saudáveis é um processo que se inicia desde o nascimento, com as práticas alimentares introduzidas nos primeiros anos de vida pelos pais, primeiros responsáveis pela formação dos mesmos. (AMARAL, 2008, p. 01).

Para essa conscientização sobre alimentação como fator de grande contribuição para melhor qualidade de vida, se faz necessário um incentivo a promoção da saúde por meio da educação nutricional se tornando, portanto uma necessidade atual. A sociedade não precisa de modismos, e sim da verdadeira conscientização da importância dos hábitos alimentares corretos, isto é, fornecimento de alimentos necessários, nas quantidades adequadas, nos momentos certos, e por meio desta disciplina alimentar alcançar os benefícios satisfatórios para a saúde do corpo e, desta forma, contribuir para a aquisição de uma boa qualidade de vida. (AMARAL, 2008).

Consea (2004), afirma que:

A alimentação e nutrição adequadas constituem direitos fundamentais do ser humano. São condições básicas para que se alcance um desenvolvimento físico, emocional e intelectual satisfatório, fator determinante para a qualidade de vida e o exercício da cidadania. Se for verdade que, muitas vezes, a falta de recursos financeiros é o maior obstáculo a uma alimentação correta, também é fato que ações de orientação e educativas têm um papel importante no combate a males como a desnutrição e a obesidade. Ao chamar a atenção de crianças e adolescentes para os benefícios de uma alimentação equilibrada, a escola dá a sua contribuição para tornar mais saudável a comunidade em que se insere. (CONSEA, p. 81).

As práticas alimentares saudáveis devem ter como destaque o resgate de hábitos alimentares regionais, inerentes ao consumo de alimentos naturais ou minimamente autuados, produzidos em local, culturalmente referenciados, de elevado valor nutritivos, como verduras, legumes e frutas, estes devem ser consumidos desde os primeiros anos de vida, até a fase adulta e a velhice, considerando sempre a segurança sanitária (VILAR, 2002).

Deste modo, podemos entender que oferecer uma boa alimentação a criança é assunto de atenção especial, pois é importante variar a alimentação para que o organismo receba todos os tipos de nutrientes, vitaminas proteínas,

carboidratos, etc., e possa assim desenvolver-se durante seu crescimento para a vida adulta com o máximo de qualidade.

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO (PNAE).

O Brasil é o país da América Latina com a maior e a mais diversificada experiência em programas de alimentação e nutrição em escolas, onde é realizado, desde 1954, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que supri parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, com oferta de uma ou mais refeições diárias, adequadas e seguras (FAÇANHA *et al.*, 2003; SILVA; GERMANO; GERMANO, 2003).

Os princípios norteadores desse Programa é a universalização do atendimento; o tratamento igual a todos os alunos, respeitando as diferenças biológicas entre idades e as condições de saúde dos alunos; o respeito aos hábitos alimentares, considerando as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local; a continuidade da ação, visto que o atendimento se faz durante 200 dias letivos do ano; e a descentralização da gestão, uma vez que os recursos federais são repassados diretamente aos Estados e Municípios, responsáveis pela oferta da alimentação aos alunos (PEIXINHO, 2007).

O PNAE traz em suas diretrizes o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados e seguros para composição dos cardápios oferecidos nas escolas, que ainda respeitem a cultura e as tradições alimentares, contribuindo para resgate e a tradição cultural da região e das populações tendidas (CHAVES, 2007).

É de competência do nutricionista zelar pela preservação, promoção e recuperação da saúde, alimentação e nutrição no ambiente escolar. Para isto, as normas que abordam a atuação do nutricionista no âmbito do PNAE estabelecem que este profissional seja o responsável por um conjunto de ações técnicas tais como: realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional; planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, levando em consideração as necessidades alimentares específicas de crianças, adolescentes e adultos. Também deve propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, planejar, orientar e supervisionar as atividades de

seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, dentre outras. (CONSEA, 2004).

Segundo Brasil (2006) a alimentação escolar deve ser fornecida aos alunos matriculados na educação infantil (creches e pré-escolas), no ensino fundamental e médio bem como na educação de jovens e adultos das escolas públicas, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Somente a partir de 2000, a alimentação escolar passou a ser entendida como política de atendimento ao direito dos alunos. A descentralização do PNAE, a busca pela equidade, a participação do controle social e valorização dos hábitos alimentares regionais em suas ações, enriquecem e valorizam ainda mais este programa e possibilita o desenvolvimento de estratégias em saúde de forma efetiva. Tais modificações fazem com que atualmente o PNAE seja um dos maiores programas em âmbito nacional e sua positiva repercussão gerada na sociedade, possibilita que o mesmo seja exemplo para programas de alimentação escolar de diversos países da América.

2.3 MERENDA ESCOLAR

Para que não haja risco de faltar qualquer nutriente, a alimentação da criança precisa ser bem planejada. Para tanto, os cardápios destinados às crianças, além de nutritivos, precisam ser atraentes, para estimular o seu interesse pelas refeições (OLIVEIRA; MENDES, 2008).

A Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio (AQPC) é um método que auxilia o profissional na construção de um cardápio mais adequado do ponto de vista nutricional e de aspectos sensoriais (VEIROS; PROENÇA, 2003).

No cotidiano do nutricionista, a elaboração de cardápios é trabalho essencial e constante, além de ser um desafio, uma vez que para tal função é necessário atender todas as exigências técnicas, administrativas e operacionais, cálculo dos custos, e por fim, satisfazer a grande diversidade de preferências e paladares (OLIVEIRA; MENDES, 2008).

O planejamento de um cardápio precisa atender pré-requisitos, como qualidade higiênico-sanitária, hábitos alimentares, e características nutricionais. As necessidades nutricionais devem ser atendidas por meio de alimentos processados

por diferentes técnicas de preparo, obedecendo aos limites financeiros disponíveis (OLIVEIRA; MENDES, 2008).

2.4 ALIMENTAÇÃO E ESCOLA

Ações de educação alimentar e nutricional e a adoção de práticas criativas de incentivo ao consumo de alimentos mais saudáveis devem ser desenvolvidas no âmbito escolar, orientando e incentivando sua comunidade aos aspectos relacionados à promoção da saúde e prevenção de doenças. Essas ações podem contribuir para uma vida mais saudável e para a prevenção das doenças veiculadas por alimentos, das doenças crônicas não transmissíveis: obesidade, hipertensão, diabetes mellitus tipo 2, doenças cardiovasculares, câncer (MINISTÉRIO DA SAÚDE POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO).

A escola é um espaço social onde muitas pessoas passam grande parte do seu tempo, convivem, aprendem e trabalham, portanto torna-se um ambiente favorável para o desenvolvimento de ações para a promoção da saúde, bem como formação de hábitos alimentares saudáveis, atingindo os estudantes nas etapas mais influenciáveis da sua vida, seja na infância ou na adolescência (FERNANDES, 2006).

Os alunos devem ser estimulados a discutir os benefícios e os riscos à saúde de suas escolhas alimentares.

É também na escola que muitas crianças realizam suas refeições, fazendo escolhas que revelam suas preferências e hábitos alimentares (ZANCUL, 2004).

O comportamento alimentar de uma criança reflete nos processos de crescimento e desenvolvimento em todos os aspectos. Com a devida atenção e cuidados pode-se promover uma maior expectativa de vida do adulto futuro. É importante lembrar que uma criança não deve ficar muito tempo sem se alimentar, porque ela depende do alimento para o seu desenvolvimento, assim deve-se estar precavido para uma alimentação balanceada. (ZANCUL, 2004).

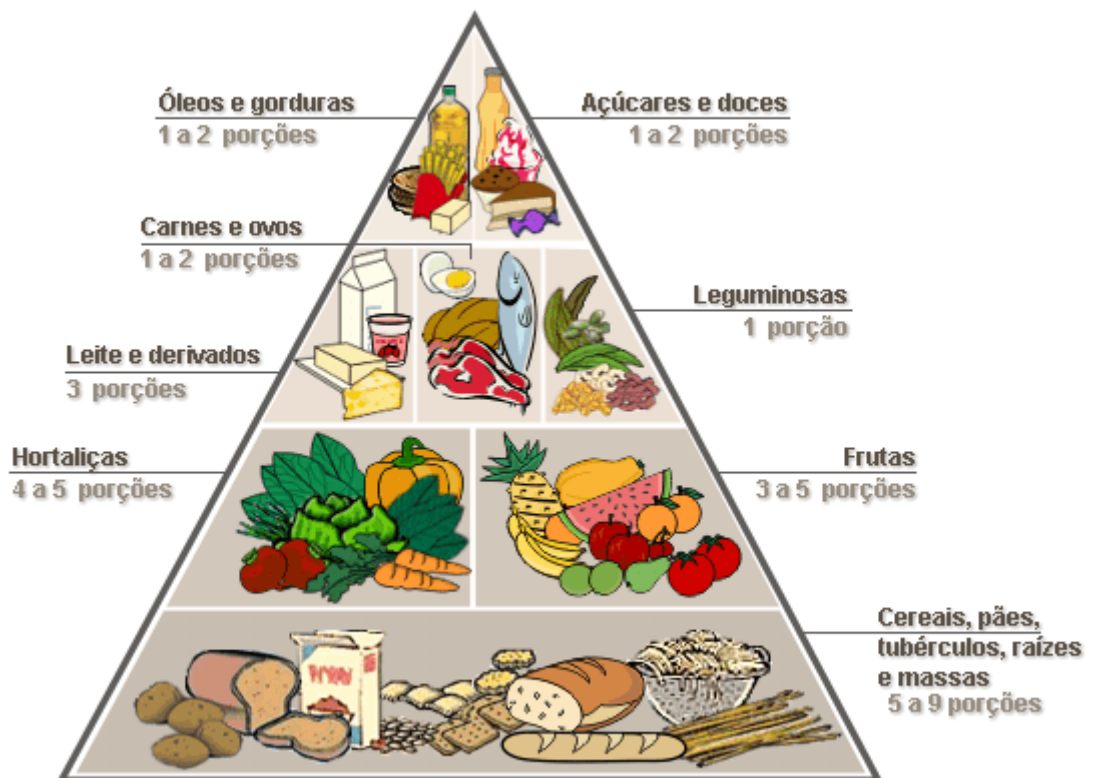
Precisamos de alimentos porque neles encontramos tudo aquilo de que o nosso corpo necessita para a obtenção de energia, de nutrientes e de materiais de construção de novas células de reparo de componentes celulares para a regulação de funções e prevenção contra várias doenças. (GOWDAK, 2006, p.64).

Uma dieta equilibrada e rica em alimentos saudáveis é essencial para levar a vida em plena harmonia. Porém, por vezes não conseguimos distinguir os alimentos mais saudáveis daqueles que são mais prejudiciais à nossa saúde. A alimentação completa é aquela onde ingerimos uma porção de cada tipo de alimento, de preferência um prato bem colorido e diversificado é o ideal. Como já dito, os melhores alimentos devem ser ricos em antioxidantes e pobres em gorduras, principalmente gordura saturada, lembrando que uma alimentação saudável deve significar prazer e saúde. (ZANCUL, 2004).

Deste modo, nas refeições devem-se incluir alimentos variados, como carnes, verduras, legumes e cereais, apresentado na figura 1.

PIRÂMIDE ALIMENTAR

Figura 1- Pirâmide Alimentar



Fonte: FREITAS,(2002).

Segundo Freitas (2002) a pirâmide alimentar serve de orientação no que devemos usar com maior e menor quantidade, basta seguirmos este modelo e teremos uma vida com maior qualidade, principalmente entre as crianças que necessitam de orientação nesta questão.

A alimentação deve fornecer potência para o escolar crescer e se desenvolver sem abuso de gordura. Os alimentos escolhidos para agregarem o cardápio escolar precisam conter frutas, verduras, legumes, grãos, sucos de frutas naturais, pães e biscoitos integrais. A ingestão de carboidratos ditos simples (refrigerantes, balas, chicletes, bombons, chocolates, pirulitos, etc.) deve ser controlada e as fibras devem ser estimuladas para o bom funcionamento do intestino.

As crianças em idade escolar precisam de uma dieta saudável, pois esta favorece níveis ideais de saúde, de crescimento e de desenvolvimento intelectual, que atuam diretamente na melhora do nível educacional, reduzindo assim, os transtornos de aprendizagem causados por deficiências nutricionais e/ou distúrbios alimentares (BARBOSA, 2004).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social, a alimentação escolar saudável é um direito humano e precisa ser garantida às crianças e adolescentes brasileiros (BRASIL, 1999).

2.5 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

De acordo com Valente (2002), a segurança alimentar e nutricional trata exatamente de como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do Estado e da sociedade, pode e deve garantir o direito à alimentação a todos os cidadãos. A este dever do Estado, entende-se que o acesso à alimentação adequada é um direito humano básico que está acima de qualquer outra razão que possa tentar justificar sua negação, seja de ordem econômica ou política. Porém a segurança

Porém a segurança alimentar e nutricional de uma determinada população dependem tanto da disponibilidade de alimentos quanto ao acesso aos alimentos, em quantidade e qualidade, e a partir daí, os notórios problemas de ordem social em nosso País passam a interferir na garantia dessa premissa (OLIVEIRA, et al., 2003).

Na década de 80, a promoção de diversas ações de assistência alimentar e nutricional, pelo Ministério da Saúde, fez com que alguns programas recém-criados, obtivessem destaque, como é o caso do PNAE que apesar do caráter

excessivamente centralizador forneceu de modo contínuo a alimentação diária a todos os alunos matriculados nas pré-escolas e nas escolas de 1º e 2º grau, matriculados nas escolas públicas e nas instituições filantrópicas de todo o país.

2.6. AVALIAÇÕES NUTRICIONAIS PARA CRIANÇAS

As avaliações nutricionais são padrões objetivos para atender às necessidades nutricionais diárias do indivíduo, baseadas nos conhecimentos científicos atualizados, e que avaliam a adequação de dietas em populações visando manter a boa saúde (SIZER e WHITNEY, 2003).

A alimentação escolar foi regulamentada com o objetivo de corrigir as falhas fisiológicas da alimentação doméstica, procurando suprir, de 15% a 20% das recomendações nutricionais diárias para as crianças com idade escolar, matriculadas em estabelecimentos oficiais de ensino infantil, fundamental e escolas filantrópicas.

A alimentação escolar é preciso entender que a prestação deste serviço é basicamente governamental e tem como meta atender todos os escolares, até o ensino fundamental do País, por meio da escola.

Porém, a diversidade de situações nas diferentes regiões brasileiras aponta para a necessidade de se estabelecerem políticas para programas de alimentação apropriados às questões sociais, culturais e educacionais, além, do que, nas próprias microrregiões, podem ser verificadas diferenças nutricionais entre grupos de estudantes, bem como diferenças na gestão dos serviços (CALIL e AGUIAR, 1999).

2.7 AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DO CARDÁPIO

O cardápio da alimentação escolar é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um

elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional. (GERÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR).

A elaboração de cardápios para escolares é uma importante atribuição do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na medida em que é a ação na qual se concretizam os objetivos do programa, de acordo com os princípios e as diretrizes estabelecidas. O cardápio escolar tem como objetivos a oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais dos alunos durante o período de permanência na escola, contribuindo para seu crescimento desenvolvimento, além da formação de hábitos alimentares saudáveis. (ITAL).

Os cardápios deverão ser diferenciados para cada faixa etária dos alunos e para os que precisam de atenção específica. O planejamento do cardápio deve fazer parte de um conjunto de ações para a promoção de hábitos saudáveis, deveriam ser permanentemente discutidas com a família, para identificar as necessidades dos alunos, assim como para informar sobre as características da alimentação oferecida, condição fundamental para o planejamento do dia alimentar dos escolares. Adotando-se uma concepção ampla de promoção de hábitos saudáveis, além da oferta de nutrientes e energia necessários para a promoção da saúde, a alimentação do escolar deve proporcionar: condições adequadas para o crescimento e desenvolvimento (MINISTERIO DA SAÚDE BRASIL 2006).

Após a definição dos itens a serem incluídos nos cardápios, será necessário realizar o cálculo nutricional para identificar a proporção dos alimentos e frequência de utilização, de forma que a oferta média diária de nutrientes (carboidratos, proteínas, lipídeos, fibras, vitaminas A e C, cálcio, ferro, magnésio e zinco) e energia provenientes da alimentação escolar (MINISTERIO DA SAÚDE BRASIL 2009).

2.8 ASPECTOS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS DOS ALIMENTOS SERVIDOS NA ESCOLA

Alimentação é um direito universal estabelecido na Constituição Federal, e deve ser disponível em quantidade e qualidade nutricional adequada. Além disso, deve ser segura do ponto de vista microbiológico (BRASIL, 1988; BOULOS, 1999).

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2005) recomenda que os alimentos devam ser seguros desde a produção até o consumo, não oferecendo risco à saúde e à integridade do indivíduo.

Segundo Zandonadi *et al.* (2007), a contaminação dos alimentos pode ter início na produção da matéria-prima e se estender aos processos de transporte, recepção e armazenamento. Também pode ocorrer através de manipulação e conservação inadequadas dos alimentos, além da contaminação cruzada entre produtos crus e processados (COSTALUNGA; TONDO, 2002; SANTOS *et al.*, 2002; NADVORNY; FIGUEIREDO; SCHMIDT, 2004; CARMO *et al.*, 2005; MÜRMAN et al., 2008).

Para impossibilitar e prevenir o risco de contaminações alimentares, técnicas em nutrição efetuam visitas semanalmente em cozinhas escolares, analisados desde sua temperatura de produção dos alimentos, modo de preparo até a sua forma de servir, verificando suas condutas no momento de higienização, conservação e armazenamento para conferir e afirmar que as instruções e orientações concebidas estão de fato, sendo cumpridas de forma correta para uma condição higiênico sanitária melhor no local do ambiente de produção de alimentos (CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2006)

Portanto os cuidados com os alimentos e manuseios devem ser seguros, para que não ofereçam risco de contaminação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um local inicial que forma hábitos alimentares, é de extrema importância se adequar a uma refeição balanceada para evitar qualquer tipo de carência nutricional para os estudantes, visto que para melhor desempenho e concentração, é necessária uma boa alimentação. Neste contexto, também é destacado a importância de obter programas voltados à alimentação escolar como o PNAE.

As avaliações de alimentação e nutrição no PNAE abrangem a avaliação do estado nutricional dos estudantes, a identificação de indivíduos com necessidades nutricionais; o planejamento e acompanhamento dos cardápios da alimentação escolar, entre outras.

O Nutricionista tem papel fundamental na gestão do programa e tem grande contribuição para que a otimização dos recursos para alcançar melhoria da qualidade da alimentação escolar e na avaliação do cardápio

O cardápio da alimentação escolar é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional. Assim, a avaliação do cardápio, bem como o acompanhamento de sua execução, deve estar aliada para contribuir para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para melhoria do rendimento.

A profissionalização contribui decisivamente na aceitação do alimento pelo aluno, colabora na transmissão de bons hábitos alimentares e no despertar das crianças por uma alimentação saudável.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, C.M.C. **Educação alimentar. FMPB**, 2008. Disponível no site: Fundação Passos Barros www.fmpb.org.br/mostraconteudos.asp?cod_conteudo=6 / acesso em 22/10/2017.
- BARBOSA, Vera Lúcia Perino. **Prevenção da obesidade na infância e na adolescência: exercício, nutrição e psicologia**. Barueri (SP): Manole, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 710, de 10 de junho de 1999. **Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jun. 1999.
- BRASIL. Ministério Da Saúde E Ministério Da Educação. Portaria Interministerial. MS/MEC n. 1010 de 08/05/2006. **Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional**. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>. Acesso em: 18/10/2017.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº1.010 de 8 de maio de 2006. **Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional**. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm> acessado em 8 de outubro de 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: MS; 2006. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2017.
- Calil, R.; Aguiar, J. **Nutrição e administração nos serviços de alimentação escolar**. São Paulo: Marco Markovitchi, 1999.
- CARMO, G. M. I.et al. **Vigilância epidemiológica das doenças transmitidas por alimentos no Brasil, 1999-2004**. Boletim Eletrônico Epidemiológico, n. 6, p. 1-7, 2005. Disponível em: . Acesso em 13 outubro de 2017
- CHAVES, Lorena Gonçalves etal **IPrograma nacional de alimentação escolar compromisso com a saúde pública**. Revista Nutrição Profissional, v. 1, n. 22. São Paulo, 2007.

CONSEA. **Alimentação e educação nutricional nas escolas e creches.** In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2. ed., 2004, Olinda. Relatório final. Olinda, 2004. Disponível em: . Acesso em: 05 setembro de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Lei De Segurança Alimentar E Nutricional.** Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Conselho De Segurança Alimentar E Nutricional. Disponível em: . Acesso em: 18 outubro. 2017.

COSTALUNGA, S.; TOND O, E. C. **Salmonellosis** in Rio Grande do Sul, Brazil, 1997 to 1999. Brazilian Journal of Microbiology, v. 33, p. 342- 346, 2002.

DANELON, M. A. S.; DANELON, M. S.; SILVA, M. V. **Serviços de alimentação destinados ao público escolar:** análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, v. 13, n. 1, p. 85- 94, 2006.

FAÇANHA, Sílvia Helena Ferreira et al. **Treinamento para manipuladores de alimentos, em escolas da rede municipal de ensino, da sede e distritos do município de Meruoca, Ceará: relato de experiência.** Higiene Alimentar, v.17, n.106, p.30-34, 2003.

FERNANDES, F. M. **Alimentação e nutrição entre escolares: caso dos alunos de uma escola do município, Vitória – ES.** 2006. 49 f. Monografia (Especialização em Nutrição Clínica) - Curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica, Universidade Veiga de Almeida, Vitória, 2006.

FLÁVIO, E.F. **Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos do ensino fundamental das escolas municipais de Lavras, MG.** 2006. 293p. Tese (Doutorado em Ciência dos Alimentos) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

FREITAS, Paulo G. **Saúde um Estilo de Vida. Baseado no Equilíbrio de Quatro Pilares.** São Paulo: IBRASA, 2002.

GAGLIANONE, C.P. **Educação Nutricional: Teoria e Prática. Anuário de Pediatria, São Paulo, v.4, n.21, p.59-62, 2003.**

Gerencia da Alimentação escolar. Disponível em: www.portal.seduc.go.gov.br/Paginas/Merenda?gerencia . Acesso em 28 de outubro de 2017.

GOWDAK, Demétrio; MARTINS, Eduardo. **Ciência: novo pensar.** Edição Renovada. 7ª série/8º ano. 2ª ed. São Paulo: FTP, 2006.

Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL). Disponível em: <http://www.ital.sp.gov.br/ccga/eventos/po>. Acesso em 06 de outubro 2017

MASCARENHAS, J. M.; SANTOS, J. C. **Avaliação da composição nutricional dos cardápios e custos da alimentação escolaridade municipal de Conceição do Jacuípe/BA.** Sitientibus, Bahia, n.35, p.75- 90, 2006.

MONTEIRO, P.H.N., COSTA, R.B.L. **Alimentação saudável e Escolas: possibilidades e incoerências.** In: _____ Qualidade de vida – Boletim do Instituto de Saúde. P. 22. Nº 32, Abril 2004. Disponível no site www.isaude.sp.gov.br - Acesso em 02/10/2017.

NADVORNY, A., FIGUEIREDO, D. M. S.; SCHMIDT, V. **Ocorrência de Salmonellasp. em surtos de doenças transmitidas por alimentos** no Rio Grande do Sul em 2000. Acta ScientiaeVeterinariae, v. 32, n. 1, p. 47- 51, 2004.

Oliveira, C.P et al. **Avaliação sensorial de uma preparação servida na merenda escolar em uma escola do município de Cabedelo-PB.** In Anais III Jornada Nacional da Agroindústria, Bananeiras, 2008.

PEIXINHO, Albaneide et al **Direito humano á alimentação adequada.** Revista Nutrição Profissional, v. 2, n. 56. São Paulo, 2007.

SIZER, F.S; WHITNEY,E .N.; **Nutrição: Conceitos e Controvérsias.** 8 ed. Barueri: Manole, 2003.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas.** São Paulo, Cortez, 2002.

VEIROS, MB; PROENÇA, R.P.C. **Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio em uma Unidade de Alimentação e Nutrição – Método AQPC.** Nutrição em Pauta, [S.l.]: v.62, n.11, p.36-42, set./out. 2003.

ZANCUL, Mariana de Senzi. **Consumo alimentar de alunos nas escolas de ensino fundamental em Ribeirão Preto.** 2004. 85f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2004

ZANDONADI, R. P. et al. **Atitudes de risco do consumidor em restaurantes de autosserviço.** Rev. Nutr., Campinas, v. 20, n. 1, p. 19-26, jan./fev. 2007.